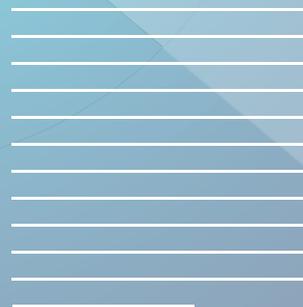


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Ação no STF contesta leis estaduais sobre energia

CONCESSÃO Supremo avalia pedido de liminar para suspender mudanças feitas no governo Caiado em normas de contrato editadas pela gestão Marconi

Karla Jaime
karla.jaime@opopular.com.br

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) entrou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6253, com pedido de liminar, no Supremo Tribunal Federal (STF), contestando as Leis 20.416/2019 e 20.468/2019. Segundo a Abradee, essas leis, do governo Ronaldo Caiado (DEM), alteraram as regras do setor em menos de três meses, contrariando normas do contrato firmado com a Enel Distribuição, concessionária de energia elétrica em Goiás.

As duas leis questionadas no Supremo, de fevereiro e abril, alteram e revogam duas leis anteriores, de 2012 e 2106 (ambas do governo de Marconi Perillo, PSDB), que propiciaram a federalização e a privatização da Celg Distribuição, adquirida pela Enel em 2016 (veja quadro).

Relatora da ADI, a ministra Cármen Lúcia, do STF, requisitou informações ao governador Ronaldo Caiado e ao presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Lissauer Vieira (PSB), a serem prestadas no prazo de cinco dias, a fim de subsidiar a análise de pedido de liminar. Após esse período, informa o STF, os autos devem ser encaminhados à Advocacia-Geral da União (AGU) e à Procuradoria-Geral da República (PGR), nos termos do artigo 10 da Lei das ADIs (Lei 9.868/1999).

A Abradee argumenta, na ADI, que "as distribuidoras de energia elétrica enfrentam ver-

dade cruzada contra a instabilidade do setor elétrico, sobretudo em torno de políticas públicas, editadas inicialmente para atrair investimento privado no serviço de distribuição de energia, mas que depois são alteradas ou até mesmo revogadas sem qualquer respeito aos direitos da concessionária responsável pelo serviço público prestado".

Na ação, é apontado ainda que "o exemplo de Goiás afeta a credibilidade do país inteiro, como é típico num contexto de Estado Federal, quando uma das suas unidades federadas agride princípios elementares de convivência democrática e civilizada".

Sobre a ADI, o governo de Goiás, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), informou que ainda não foi comunicado oficialmente e que só a partir desse ato começará a contar o prazo para a apresentação das informações. Resposta semelhante foi dada pelo presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB). "Ainda não recebi a solicitação e só vou me manifestar após a Procuradoria da Assembleia avaliar, juridicamente", afirmou.

INDICADORES

As duas leis interferem nas condições que viabilizaram o processo de privatização da Celg, avalia o diretor jurídico da Abradee, Wagner Ferreira. Ele observa que foi a partir das regras estabelecidas que houve o leilão e a proposta da Enel, "com o valor acima do valor mínimo estipulado". Também lembra que estão sendo retomados, nos últi-

O que está sendo questionado no STF

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) contesta a constitucionalidade das Leis 20.416/2019 e 20.468/2019

Lei 20.416

De 5 de fevereiro de 2019, altera a Lei 17.555 de 20 de janeiro de 2012

Funac

A Lei 17.555 instituiu o Fundo de Aporte à Celg Distribuição (Funac). O Funac foi criado para reunir e destinar recursos financeiros para o adimplemento das obrigações provenientes dos passivos contenciosos e administrativos (como dívidas de ações trabalhistas e processos tributários), ainda que não escriturados, da distribuidora de energia, atualmente Enel Distribuição Goiás. O Funac foi criado para que no contexto de federalização da Celg Distribuição a empresa que assumisse pudesse ter garantias de que passivos seriam pagos pelo Estado, já que não foi possível mensurá-los à época pela estatal. Essa garantia foi reforçada na venda em leilão para a Enel Brasil no edital e minuta de contrato.

A Lei 20.416 considera apenas passivos constituídos em processos administrativos e judiciais em que tenha confirmada a boa atuação da defesa da companhia de energia e quando se trate de obrigação subsidiária, depois de esgotados meios de ressarcimento junto ao devedor principal.

A Lei 20.416 considera apenas passivos constituídos em processos administrativos e judiciais em que tenha confirmada a boa atuação da defesa da companhia de energia e quando se trate de obrigação subsidiária, depois de esgotados meios de ressarcimento junto ao devedor principal.

mos dois anos, investimentos de longo prazo que deixaram de ser feitos. "Os indicadores já começam a melhorar, mas o contexto político é outro e não contempla o que foi previsto."

A respeito do recurso ao Su-

Obrigações consideradas

Pela Lei 17.555 os fatos geradores precisam ter ocorrido até a alienação das ações da Celg D pelo Estado, em 27 de janeiro de 2015, quando a empresa foi federalizada e o controle passou a ser da Eletrobras.

Com a Lei 20.416, passaram a ser considerados apenas fatos geradores anteriores a 24 de abril de 2012, quando oficialmente as decisões estratégicas da Celg D passaram a ser feitas pela Eletrobras, no início do processo de federalização. Não são objeto de ressarcimento pelo Funac obrigações devidamente constituídas após 24 de abril de 2012, pendentes ou não de pagamento.

Lei 20.468/2019

De 25 de abril, revoga integralmente a Lei 19.473, de 3 de novembro de 2016

A Lei 19.473 criou a "política estadual para manutenção, melhoria e ampliação da distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás", pela qual a Celg D (adquirida depois pela Enel Goiás Distribuição) poderia utilizar parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sob a forma de crédito outorgado para realizar aportes no Funac em valor equivalente aos passivos relacionados a contingências administrativas e judiciais verificadas até 27 de janeiro de 2015. O crédito outorgado foi previsto no edital e no contrato de privatização da Celg D.

"Nem Roma nem Milão", rebate Caiado

O governador Ronaldo Caiado afirmou ontem que "a energia elétrica em Goiás não vai ser governada nem por Roma nem por Milão", ao comentar declaração feita no dia anterior, em Milão, pelo diretor executivo da Enel, Francisco Starace, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Starace afirmou que não existe fundamento legal para que o governo de Goiás casse a concessão da distribuidora no Estado. "As concessões são administradas no nível federal. Fizemos a aquisição e assumimos (a companhia goiana) em um estado realmente pobre. Investimos 3,5 vezes mais do que o que vinha sendo investido", disse o diretor executivo da companhia italiana, considerada a maior operadora privada de energia do mundo. Caiado rebateu. "Se tivesse um sistema de compliance na Enel, a companhia não teria entrado no esquema de negociação da Celg Distribuição. Não existe contrato que imponha a 7 milhões de goianos passarem pelo que passam hoje, com prejuízos inimagináveis no seu dia a dia". Tramita na Assembleia Legislativa um projeto de lei para rescindir o contrato de concessão com a Enel. "A lei, quando aprovada, será sancionada. Vamos buscar imediatamente uma concessionária para prestar os serviços", diz Caiado, sem definir prazos para firmar um novo contrato. O governador acredita que a Celg GT pode assumir o comando num período transitório

Projeto que rescinde contrato da Enel começa a tramitar na Assembleia

O projeto que rescinde o contrato de concessão com a empresa italiana Enel e permite ao Estado encampar o serviço de distribuição de energia em Goiás começou a tramitar ontem na Comissão Mista da Assembleia Legislativa. A comissão avocou a proposta da CCJ a fim de agilizar sua tramitação.

A proposta, de autoria de Bruno Peixoto (MDB) e Lissauer Vieira (PSB), respectivamente, líder do governo e presidente da Casa, recebeu pedido de vistas de seis deputados, mas a perspectiva é de que seja apro-

vada com tranquilidade. Não fossem os pedidos de vista, a proposta seria aprovada rapidamente, visto que, assim que distribuída ao relator, Paulo Trabalho (PSL), já seria devolvida.

Sobre os questionamentos de inconstitucionalidade do projeto, que legisla sobre assunto de competência da União, o presidente da Comissão Mista, Humberto Aldar (MDB), diz que há consenso de que o projeto é inconstitucional. "Mas não será a primeira vez que a Assembleia aprova matéria inconstitucional."

Sobre isso, Lissauer, que é autor da proposta, diz que quem precisa "decidir sobre a constitucionalidade é a Justiça". "Somos representantes da população, que nos cobra uma ação. Vamos aprovar a lei e o governo vai sancionar. Se quiserem questionar (na Justiça), é com eles (Enel)."

Ontem, inclusive, a Enel enviou ofício aos autores do projeto, dando conhecimento de que serão responsabilizados pessoalmente "por todas e quaisquer perdas e danos e prejuízos, diretos e indiretos" que "venham a sofrer em decorrência



Aldar: "Não será a primeira vez que a Assembleia aprova matéria inconstitucional"

da rescisão do contrato de concessão".

Da tribuna, Bruno Peixoto rasgou o ofício e afirmou que

não aceitará o que chamou de "tentativa de intimidação". Mesma postura adotou Lissauer. (Marcos Nunes Carneiro)



POLÍTICA

Douglas Schinatto

Sem prazo, governo manobra para aprovar PECs ainda este ano

ASSEMBLEIA Emenda que muda a vinculação de recursos para a Educação entrou como 'jabuti' em proposta sobre promoção de servidores; para a da Previdência, sessões são insuficientes

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

Sem prazo hábil para serem aprovadas pela Assembleia Legislativa neste ano, as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que tratam de novas mudanças na vinculação constitucional da Educação e da reforma da Previdência são alvos de articulação de deputados ligados ao governo para que consigam ser votadas ainda em 2019.

A proposta que trata da Educação, e corrige emenda constitucional aprovada em setembro e que reduz de 27% para 25% o orçamento obrigatório da Educação estadual, entrou como emenda "jabuti" em outra PEC, de autoria do deputado Zé Carapó (DC) e que permitia a promoção de servidores da Educação, juntamente com da Saúde e Seguran-

ça Pública, uma vez por ano. O texto alterava a emenda constitucional 54, aprovada em 2017 e que criou o teto de gastos no Estado – a emenda suspendeu promoções de servidores.

Essa matéria foi apresentada na semana passada pelo deputado Bruno Peixoto (MDB), a pedido do governo, depois que a Justiça suspendeu os efeitos da emenda aprovada em setembro. Isso porque o texto atual garante 2% à Universidade Estadual de Goiás (UEG), o que fere a Constituição Federal. Por isso a correria para aprovar a emenda neste ano a fim de não dar margem a possível processo de improbidade administrativa contra o governador Ronaldo Caiado (DEM).

O projeto de Carapó foi escolhido porque permela o assunto Educação, embora o mérito trate de um tema administrativo –

permitia a promoção de servidores da Educação –, e porque já estava apto para votação. Como mostrou o POPULAR ontem, não haveria prazo suficiente para votar tanto essa proposta como a reforma da Previdência.

Nesse contexto, a mudança foi feita via emenda do deputado Álvaro Guimarães (DEM) em sessão extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no início da noite de ontem, substituindo o texto de Carapó pelo novo. A matéria recebeu parecer favorável e agora segue para plenário, onde precisa de no mínimo 25 votos, em dois turnos, para ser aprovada.

PREVIDÊNCIA

Já a PEC da Previdência ainda segue sem solução jurídica para ser votada neste ano. O POPULAR mostrou ontem que o regi-



Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembleia: alternativa regimental

mento Interno da Assembleia impede que o texto da reforma seja votado neste ano. Embora tenha sido enviado pelo governo à Assembleia no final de outubro, a proposta só foi enviada à CCJ ontem, incluindo a contagem do prazo regimental.

Segundo o regimento Interno da Casa, uma PEC precisa aguardar dez sessões ordinárias para ser votada. Incluindo a contagem ontem, e tendo quórum em todas as sessões, a décima sessão daria no dia 17 de dezembro. A questão: o regimento afirma que as sessões ordinárias vão até 15 de dezembro, o que torna a sessão do dia 17 extraordinária, fazendo com que a reforma só possa ser apreciada depois de 18 de fevereiro de 2020, quando a Assembleia

volta do recesso parlamentar.

Deputados ligados ao governo, porém, solicitaram à procuradoria da Casa um parecer a respeito da questão, visto que o governo tem pressa na aprovação da matéria. Segundo o presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), porém, o entendimento da procuradoria, até o momento, é de que não será possível.

Ele diz que "o regimento é claro ao dizer que ela precisa de dez sessões ordinárias e, depois do dia 15, tanto pelo regimento quanto pela Constituição Estadual (art. 16), toda sessão que houver será extraordinária. Mas estamos tentando alguma alternativa regimental para votar este ano. Se não der, é lógico que teremos que deixar para o ano que vem."



ECONOMIA

Política de incentivos é discutida

BENEFÍCIOS FISCAIS Fórum Empresarial apresentou demandas ao governo, mas debate deve ser individualizado com cada setor; empresários querem minuta do novo programa ProGoiás

Lucia Monteiro
lucia.monteiro@opopular.com.br

O governador Ronaldo Calado e a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, ouviram ontem as demandas de represen-

tantes do Fórum Empresarial sobre as propostas de mudanças na política de incentivos fiscais no Estado. Depois dessa 'abertura de diálogo', os empresários foram convidados a discutir as necessidades de cada setor, individualmente, com os técnicos da Secretaria da Economia, num segundo momento. Mas o setor também quer que a secretária apresente a minuta do ProGoiás, o novo programa de incentivos que está sendo proposto pelo governo, para que eles possam analisar mais profundamente as novas regras.

Os convidados que participaram do encontro tiveram que deixar seus aparelhos de celular na entrada do Palácio das Esmeraldas. Representantes de grandes empresas, como Cacaó, Mitsubishi, BRF, Braslata e Super Frango estavam presentes no encontro. Para o presidente da Associação Pro Desenvolvimento Industrial de Goiás (Adial), Otávio Lage de Siqueira Filho, o governo abriu caminho para o diálogo com o setor produtivo, que está apreensivo com a discussão em torno dos incentivos.

Uma das preocupações é com a possibilidade de prorrogação do Protege. "O governador deu a entender que o Protege deve ficar em 10% no novo programa ProGoiás, e não em 15% como agora. Como ele está hoje, nos programas Fomentar e Produzir, ele é passível de questionamento judicial", destaca Otávio Lage. Os empresários pediram que Cristiane Schmidt entregue a minuta do projeto do novo programa proposto para que o setor possa analisá-lo por completo.

Mas, segundo o presidente da Adial, a secretária ainda não confirmou se irá entregar o documento. "De qualquer forma, o projeto seguirá para a Assembleia e, lá, teremos acesso a todos os detalhes para avaliarmos", lembrou. Para Otávio Lage, o Protege reduz a competitividade das empresas. Porém, ele acredita que isso também possa ser avaliado por cada setor, individualmente.

mos à disposição para sentar com cada um individualmente depois. Essa reunião foi para que eles pudessem escutar do governador que vamos fazer isso e que os secretários estão im-

buídos desta missão", afirmou a secretária.

Durante o encontro, não foram apresentados mais detalhes do programa ProGoiás, como esperavam os empresários.

O advogado empresarial Flávio Rodovalho, que também participou da reunião, ressaltou a necessidade do setor empresarial ter acesso à minuta para uma análise mais profunda das no-

vas regras propostas. Segundo ele, quanto antes esse estudo puder ser feito, em tempo hábil, melhor. "É preciso ter cuidado porque o diabo mora nos detalhes", brincou Rodovalho.



ORÇAMENTO

Governo refaz contas e mínimo cai para R\$ 1.031

O governo enviou ao Congresso uma mensagem modificativa ao Orçamento de 2020 em que prevê que o salário mínimo ficará em R\$ 1.031. O valor foi reduzido em R\$ 8 em relação ao Orçamento já enviado porque houve reestimativa no INPC, que passou de 4,0% para 3,5%.

O valor corresponde a apenas a correção da inflação, sem ganhos reais, como houve nos últimos anos. O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que o governo ainda não decidiu qual será a nova política para o salário mínimo e tem até dezembro para poder fazer isso: "Como já estamos em novembro, referência mais direta é salário mínimo de R\$1.031".

INFLAÇÃO E PIB

Até o início deste ano, a política de valorização do salário mínimo previa reajuste pela inflação mais o crescimento do PIB de dois anos antes, o que garantia ganhos reais ao piso nacional. Hoje, o salário mínimo está em R\$ 998. (AE)



Secretário diz que troca em gestão não afetará atendimento no Hugo

SAÚDE Pasta afirma que 70% dos profissionais continuarão com nova organização social que assume hospital nesta semana. Promessa é de que serviços não serão alterados

Catherine Moraes
catherine.moraes@opopular.com.br

Exames de tomografia computadorizada e de transfusões de sangue não deixarão de ocorrer no período noturno no Hospital Estadual de Urgências de Goiânia Dr. Valdemiro Cruz (Hugo) com a nova gestão, do Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS), no próximo dia 30 de novembro.

A Informação é da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), que garantiu que o atendimento no hospital não sofrerá mudanças. Segundo a pasta, esta era apenas uma proposta apresentada pela Organização Social (OS), à época do certame, mas que não foram acordadas.

Nesta semana, uma série de manifestações ocorreu e outras estão agendadas, motivadas pelo anúncio da remoção de 276 trabalhadores efetivos lotados na unidade. Sindicatos se manifestaram ainda afirmando que atendimentos poderiam ser prejudicados e tratando, por fim, de reduções salariais. Ontem, o secretário da pasta, Ismael Alexandrino esteve no POPULAR e concedeu entrevista sobre a situação. Ele garantiu que as mudanças não irão prejudicar a população de uma forma geral.

Ismael disse que atualmente,

o déficit de funcionários englobando administração central e superintendência é de quase 800. Por este motivo, os 276 trabalhadores que saem do Hugo serão remanejados. "Como somos impedidos de realizar concurso atualmente devido à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que já bateu o teto, esta é uma mão de obra extremamente qualificada que nós utilizaremos para estruturar nossos serviços. O Hugo não será prejudicado", completou.

Além disso, a SES-GO afirma que no próximo dia 30, a partir das 19h, o INTS irá assumir a gestão da unidade com uma equipe de 1.700 profissionais que inclui profissionais contratados, servi-

dores estaduais e empresas prestadoras de serviços. Isso significa dizer ainda que cerca de 70% dos profissionais que atualmente trabalham na unidade serão recontratados pela nova gestora.

"O Hugo permanece com mesmo escopo, mesmo perfil. É hospital de urgência, emergência e trauma. O que estamos planejando é aumento do cuidado e oferta de serviços, sobretudo na parte de cirurgias eletivas. Queremos também incrementar o apoio ao diagnóstico. Tomografia sobre aviso não faz sentido e não corresponde à realidade dos fatos. Ao contrário, ela funcionará obviamente por 24h como o hospital. O hospital é aberto 24h e não escolhemos horário para que os acidentes ocorram e para que recebam vítimas. Precisa e vai funcionar por 24h", disse Ismael.

REDUÇÃO

O contrato firmado com a nova organização social é de R\$ 14,8 milhões mensais e possui valor inferior ao da gestão atual. Ainda assim, o secretário de Saúde alega que as propostas foram feitas com base na capacidade operacional do hospital e que havia a possibilidade de enxugar valores de contratos de forma que aumentasse a produtividade e custasse menos.



O Hugo não será prejudicado e permanece com mesmo escopo: urgência, emergência e trauma e vai funcionar 24h"

Ismael Alexandrino, secretário estadual de Saúde



Secretário de Saúde, Ismael Alexandrino, em entrevista ao POPULAR

“Um percentual de 70% de trabalhadores que atualmente está trabalhando no Hugo permanecerá em seus postos”

INTS, em nota

"O próprio Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira, que assumimos com 383 leitos e agora estamos chegando a 512, e proporcionalmente está custando mais barato que o Infício,

assim como o Hospital Estadual Geral de Goiânia Dr. Alberto Rassi (HGG) e o Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer). São mecanismos de gestão e renegociação de contratos com diminuição de 15% a 20%."

Sobre a readequação de Jornada de trabalho dos enfermeiros da unidade, o INTS afirmou, em nota, que se deve ao alinhamento às demais unidades de saúde da Rede Estadual que praticam a jornada de 12 por 36 horas, e não mais 12 por 60h como era praticado. "Quanto à adequação salarial é também um alinhamento às faixas salariais praticadas em Goiás, com a ressalva de que há o compromisso de redução de custos".

Hospitais regionais têm retomada de obras

Com obras iniciadas em 2013, os Hospitais Regionais de Uruaçu e Águas Lindas de Goiás tiveram, finalmente, as obras retomadas e devem entrar em funcionamento no próximo ano. A expectativa da Secretaria Estadual de Saúde (SES) é de que mais de 2 milhões de habitantes da Região Norte do Estado e do Entorno do Distrito Federal sejam beneficiados. A previsão, dada em julho passado pela Secretaria, é de que ainda custariam R\$ R\$ 91,1 milhões oriundos do Tesouro Estadual e também de emendas federais. O secretário de Estado da Saúde de Goiás, Ismael Alexandrino, afirmou ontem que as obras foram retomadas em Águas Lindas e que em Uruaçu o mesmo deve ocorrer ainda neste ano.

O Hospital Regional de Uruaçu chegou a ser inaugurado em julho do ano passado e

um relatório técnico apontava que 95% da obra estava concluída. A realidade, entretanto, era bem diferente e o que a nova gestão encontrou foi infraestrutura elétrica sem fio, centro cirúrgico inacabado e área administrativa na fundação. A unidade de Águas Lindas também passou pela inauguração de uma primeira etapa em abril de 2018, mas não chegou a funcionar. Por lá, havia ainda um embargo da Controladoria Geral da União (CGU) por conta de irregularidades na execução da obra.

ENTORNO

Outra obra que se arrasta desde 2001 é o Hospital Regional em Santo Antônio do Descoberto, no Entorno do Distrito Federal, mas ainda não há data para retomada. No ano passado, a unidade perdeu a verba destinada pelo governo

federal, por meio de convênio, porque o prazo para a construção expirou. Além disso, a obra possuía inconsistências na execução e relatórios da controladoria apresentaram irregularidades. A projeção era atender de 8 a 12 mil pacientes por mês.

"Estamos concentrando as nossas forças em clima das unidades que entendemos que temos condições de entregar. Este hospital tem quase duas décadas. Não era um convênio estadual. Era uma verba federal e é um hospital que teve embargo da Controladoria Geral da União (CGU), tiveram várias questões inadequadas e a própria estrutura. Se ficasse pronto hoje, não cumpriria algumas regulamentações. É mais difícil que os demais e nós estamos concentrando forças no que temos condições de concluir", finaliza.

Estado afirma que Policlínicas estão praticamente prontas

Policlínicas que estavam sendo construídas nas cidades de Posse, Quirinópolis e Goianésia estão praticamente prontas e, segundo a Secretaria de Estado da Saúde, a previsão é de que entrem em funcionamento na primeira semana de fevereiro de 2020. Em entrevista ao POPULAR ontem, o secretário de Saúde, Ismael Alexandrino, afirmou que já licitou equipamentos, e retomou obras que estão na fase final de limpeza e acabamento. "Já publicamos chamamento de gestão das três unidades no dia 22. Agora precisamos esperar 30 dias destes chamamentos no ar, conforme a legislação. Depois, recebemos as propostas. Em Santa Terezinha de Goiás também teremos uma unidade que está passando por estadualização, mas parte deste processo também já aconteceu. Estive em Posse na sexta-feira e lá haverá, por exemplo, ressonância

magnética. Tomógrafo já está no local, bem como aparelhos de raios X e ultrassom. Licitemos tudo e a inauguração virá em breve", pontuou. Sobre os Centros Estaduais de Referência e Excelência em Dependência Química (Credeqs), Ismael disse que um novo modelo será discutido porque a forma como está hoje custa muito caro para aquilo que ele entrega e para o número de pessoas que consegue atender. "No próximo dia 13 de dezembro haverá um seminário em que apresentaremos a visão mental no Estado com visão do Ministério da Saúde, Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) e juntos poderemos construir uma política pública que impacte mais diretamente e de forma mais eficaz a população." Apesar de duas policlínicas serem previstas para Goianésia e Quirinópolis, não irão funcionar nas unidades dos Credeqs.



“Só estancando a corrupção, iremos sair da grave crise”

Termo de Cooperação entre o Governo de Goiás e a Organização Transparência Internacional deverá ser assinado em 2020 e visa intensificar as medidas anticorrupção no Estado, que resultam em maior transparência entre a administração estadual e a população

HELTON LENINE

“O Estado de Goiás vive um momento de calamidade financeira em decorrência do processo de corrupção instalado na máquina nos últimos anos”, disse o governador Ronaldo Caiado, em entrevista, na última segunda-feira, após reunião com o diretor executivo da Organização Transparência Internacional - Brasil (TI), Bruno Brandão. Goiás está entre os sete estados selecionados pela entidade para participar do projeto “Integridade nos Estados Brasileiros”. “Goiás está incluído com um trabalho que vem sendo desenvolvido

pelo nosso secretário Henrique Ziller, na Controladoria-Geral do Estado, implantando o [Programa de] Compliance Público, primeiro Estado a sair na frente”, ressaltou o governador. Além disso, o Governo de Goiás também inaugurou o Grupo Especial de Combate à Corrupção Núcleo (Geccor), que integra o trabalho de inteligência das Polícias Civil, Militar e Federal e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de Goiás (MP-GO).

Ronaldo Caiado ainda citou a participação do Poder Judiciário no combate à corrupção: “O Tribunal de Justiça (TJ-GO) está



Henrique Zille, Ronaldo Caiado e Bruno Brandão: transparência

avançando também com uma Vara própria para julgar e dar celeridade a todos esses processos que lá estão. Tudo isso fez com que nós pudéssemos receber hoje a visita do Dr. Bruno”. E completou: “Já nos posicionamos favoravelmente e no mês de janeiro assinaremos nosso Protocolo de Intenções junto à Transparência Internacional”.

AVANÇOS EM GOIÁS

Goiás e os demais estados foram selecionados pela Organização Transparência Internacional devido aos fatores de diversidade regional, política e capacidade institucional. Conforme o diretor executivo, um critério positivo do Estado tem sido a implantação de uma série de medidas desde Ronaldo Caiado assumiu

o governo. “Já houve ações concretas, que já foram identificadas como importantes, a exemplo do Compliance, da criação das Varas especializadas em combate à corrupção. Mas é claro que o Estado ainda pode e deve fazer muito”, apontou.

Segundo Bruno Brandão, o papel da entidade junto aos estados selecionados é cooperar e oferecer recursos para a implantação de compromissos e metas concretas a curto e médio prazo. “É uma parceria de, no mínimo, 18 meses, que é o prazo para implementação das ações”, comentou o diretor executivo.

Após a assinatura do Termo de Cooperação entre o Governo de Goiás e a Organização, será realizado um diagnóstico da estrutura administrativa e com metodologias de avaliação de governança, transparência e anticorrupção. A Organização conta com parceria com os Governos do Canadá - que tem a menor percepção de corrupção das Américas - e da Dinamarca - que lidera o ranking de Países menos corrupto do mundo.

Goiás economiza R\$ 60 milhões com compras governamentais

Desde o início da atuação da Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística, em abril, a Secretaria de Estado da Administração (Sead) promoveu uma economia de aproximadamente R\$ 60 milhões aos cofres públicos do Estado. A unidade é responsável pela análise dos processos de aquisição de bens e serviços pelo Estado e tem desenvolvido ações permanentes de consulta de valores de mercado, diminuição

dos preços dos materiais adquiridos ou renegociação de contratos.

O secretário da Administração, Bruno D'Abadia, considera que a economia é mais um indicativo do processo de transformação da gestão pública em Goiás. “O modelo de gestão é assertivo e tem resultado em constante economias para os cofres, possibilitando que possamos investir em mais entregas à população”, frisou.

O regramento legal determina



Bruno D'Abadia: redução de gastos

que todas as compras que ultrapassem o montante de R\$ 500 mil devem ser referenciadas pelo chefe do Executivo e a Central, por expertise, realiza a avaliação técnica das solicitações. Os processos são avaliados, e, após uma série de parametrizações e medidas cabíveis, o ato retorna para a análise e autorização do governador. Só em 2019, já foram examinados mais de 600 processos, resultando em economia superior a R\$ 60 milhões.

COMPRAS NET

Incumbido da operacionalização do sistema Compras Net, que exige que as secretarias de Estado insiram todas as compras antes da sua execução, a Superintendência

estipula uma série de procedimentos e bloqueios que possibilitam uma pesquisa sistêmica de preços. Desta forma, qualquer licitação que apresente valor médio discrepante de outras localidades do País, a unidade sinaliza a necessidade de se praticar um preço diferente.

As especificidades são estudadas detalhadamente, considerando-se que determinadas contratações apresentam particularidades justificáveis. A centralização dos processos de compras do Estado tem promovido uma economia significativa, possibilitando que os recursos sejam aplicados em políticas públicas que entreguem valor e melhor qualidade nos serviços disponíveis aos cidadãos.



Fio Direto

SUELY ARANTES

TCE alerta MP sobre gastos com pessoal

- A Segunda Câmara aprovou ontem relatório do conselheiro Sebastião Tejota que trata de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 2º quadrimestre de 2019, do Ministério Público do Estado de Goiás.
- O documento apontou um excedente de 0,13% da Receita Corrente Líquida (RCL) sobre o limite máximo de 2% de gastos com pessoal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e ausência de divulgação do cronograma de desembolso financeiro no Portal de Transparência do MP, constando os recursos de duodécimos repassados pelo Poder Executivo.
- Na elaboração do relatório de despesa com pessoal do MP foram excluídas as despesas de indenizações e restituições trabalhistas cujo montante alcança R\$ 22.370.466,21, oriundos de licença-prêmio, abono pecuniário e outras indenizações que não se enquadram na exclusão permitida pelo art. 19, §1º, I da LC nº 101/00.
- Ainda com base em projeção realizada até setembro verificou-se que o Ministério Público tende a executar despesas correntes no exercício de 2019 dentro do seu limite. O relator Tejota ressaltou que a projeção traz apenas um indicativo e que a efetiva apuração será realizada no término do exercício financeiro.
- O TCE vai monitorar o cumprimento das recomendações sugeridas nos Relatórios de Gestão Fiscal dos próximos quadrimestres



Governo reajusta salário de professores do Estado

Aumento de 4,17% corresponde ao trabalhado desde janeiro deste ano e será pago em 12 parcelas, como prevê a matéria

Venceslau Pimentel

O governador Ronaldo Caiado (DEM) encaminhou ontem à Assembleia Legislativa projeto de lei que reajusta os salários dos professores do Estado, em R\$ 2.557,74, retroativo a 1º de janeiro de 2019, nas referências "A" e "8" para o cargo de professor P-I, e na referência "A", para o cargo de professor P-II, do Quadro Permanente do Magistério Público estadual de que trata a Lei nº 13.909, de 25 de setembro de 2001.

O reajuste também contempla quem se enquadra nas referências "A" e "G", para os cargos de professores assistentes "A", "8" e "C", e na referência "A", para o de professor Assistente "O". De acordo com o projeto, o reajuste é de 4,17%, conforme divulgado pelo Ministério da Educação.

De acordo com o artigo 3º da proposta do Governo, os ganhos financeiros relativos ao período de 1º de janeiro a 30 de novembro deste ano serão parcelados em 12 vezes, a partir de dezembro de 2019.

Na justificativa da matéria, o governo destaca que a proposta tem a finalidade de garantir a aplicação, no Estado de Goiás, do piso salarial profissional nacional para os professores da educação básica do ensino estadual, conforme previsto do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais



Valdir Araújo

A estimativa do Governo do Estado sobre o impacto orçamentário-financeiro, para este ano, é de R\$ 1.559.378,32

Transitórias, da Constituição Federal.

"Destaco que a concessão do reajuste resulta de minucioso estudo técnico e de planejamento para permitir que o Estado de Goiás continue com a sua política de racionalização dos custos da máquina pública, visível, por um lado, pela recente reforma administrativa implantada, que teve como escopo principal a redução do quantitativo de cargos em comissão, inclusive da estrutura básica e complementar e, por outro lado, pelos decretos de contenção de despesas já editados, que buscam a redução das despesas de custeio", explica o governador.

De acordo com Caiado, "o governo atua preventivamente no enfrentamento dos problemas financeiros, à vista da forte crise econômica nacional com expressiva redução da atividade econômica". Ainda segundo ele, o Estado se esforça

para garantir o cumprimento do artigo 206 da Constituição Federal, que garantem aos professores o direito ao piso salarial profissional nacional.

Destaco que a concessão do reajuste resulta de minucioso estudo técnico e planejamento

"Logo, tal reajuste demonstra o comprometimento do Governo com educação, reconhece a importância primordial dos professores, cumpre o disposto no inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal e no parágrafo 1º do artigo 2º da precitada Lei federal nº

11.738, de 16 de julho de 2008".

A estimativa de impacto orçamentário-financeiro foi elaborada pela Secretaria de Administração. Para este ano, será de R\$ 1.559.378,32; em 2020, R\$ 17.966.750,24; e em 2021, R\$ 9.763.064,28.

Em outro projeto de lei que já começa a tramitar na Alege, o governo reajusta os salários de agentes administrativos educacionais, em R\$ 998,00, retroativo a 1º de janeiro de 2019, parcelado em 12 vezes a partir do próximo mês de dezembro.

Na justificativa, Ronaldo Caiado diz que a medida, que é limitada pela capacidade financeira do Estado de assumir compromissos financeiros contínuos com despesas de pessoal, reitera o comprometimento de sua gestão com as áreas sociais, incluindo a educacional, "mediante incentivo e valorização dos profissionais que atuam nessa atividade, que se destaca

entre as integrantes da atividade fim do Estado".

O governador esclarece que, atualmente, o vencimento do cargo a que se refere a minuta do projeto não atinge o salário mínimo, necessitando de complementação da remuneração por parcela apartada. Com a medida proposta, o vencimento será fixado em R\$ 998,00, atual valor do salário mínimo vigente. "Assim, diante do que até aqui foi exposto, fiz constar o regramento do artigo 1º, parágrafo único, da minuta do anexo, prescrevendo que os ganhos financeiros relativos ao período de 1º de janeiro a 30 de novembro do ano em curso serão parcelados em 12 meses, a partir de dezembro de 2019".

O impacto financeiro do reajuste será de R\$ 519 mil este ano; R\$ 5,98 milhões em 2020; e de R\$ 3,25 em 2021. **(Especial para O Hoje)**



SISTEMA PRISIONAL

Servidores recebem novas armas e viaturas prisionais

Higor Santana

Na tarde de ontem (26), servidores e agentes penitenciários começaram a receber da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (Dgap) as novas armas e utensílios para atuação nas unidades estaduais e grupos especiais do estado. Foram 280 novas pistolas PT100 recém-adquiridas pela diretoria com o objetivo de garantir a segurança dos agentes e dos próprios detentos lotados em unidades do sistema prisional goiano. Além das armas, cerca de 270 coletes balísticos, viaturas e portais detectores de metal também serão entregues.

As novas armas de fogo, dentre os outros equipamentos de segurança penitenciária, foram apresentadas na semana passada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) em Goiânia. Ao todo, foram cerca de R\$ 6,7 milhões em investimentos, adquiridos com recursos dos governos federal e estadual.

As armas estão sendo distribuídas para agentes das unidades estaduais e os grupos especiais penitenciários como o Grupo de Operações Penitenciárias Especiais (GOPE), Grupo de Intervenção Tática (GIT) e Grupo Tático de Ações e Escolta (GTAE), que terão o atual armamento substituído.

As pistolas que são utili-



Divulgação

Foram investidos cerca de R\$ 6,7 milhões em equipamentos

zadas por estes grupos serão redistribuídas para unidades prisionais das nove coordenações regionais.

De acordo com a SSP, além das pistolas, serão distribuídos ainda 275 coletes balísticos multiameaça nível II-A, 1.100 algemas de tornozelo e de transporte, 56 portais detectores de metal e 59 viaturas, locadas em substituição às viaturas Renault/Kangoo 2009/2010.

Destes, oito são Pális Weekend, que inclusive já foram entregues, além de outros 51 Chevrolet Spin, que aguardam para serem disponibilizados aos agentes. Ainda de acordo com a secretaria, cerca de 13 equipamentos de scanner corporal e 110 aparelhos de ar condicionado estão em processo de negociação e também devem ser entregues, até o fim do ano.

Homenagem

A primeira pistola foi entregue no gabinete da Dgap pelo diretor-geral da instituição, coronel Wellington Urzêda, em ato especial ao agente de Segurança Prisional (ASP), Maicol Victor Rodrigues Barbosa, que foi homenageado pelo governador Ronaldo Caiado por ter recusado suborno de um custodiado em troca da permissão para entrada de ilícitos no presídio.

Durante a entrega da pistola ao ASP Maicol, o coronel da Polícia Militar e diretor geral da Dgap, Wellington Urzêda, lembrou que o escolheu para o ato inicial de distribuição dos novos equipamentos, pela representação da honestidade que pauta a conduta do servidor penitenciário em Goiás. **(Higor Santana é estagiário do Jornal O Hoje sob orientação do editor interino de Cidades Rafael Melo)**